

PORTUGUÊS

Leia o texto para responder às questões de 01 a 04:

Copa do Mundo em 2014: O duplo desafio brasileiro

Sediar o campeonato mundial de 2014 significa, para o Brasil, demonstrar a superação da condição histórica do processo de expropriação, da condição de ex-colônia e de país "subdesenvolvido", e revelar-se um país moderno

A modernização tecnológica e o desenvolvimento econômico são os princípios norteadores do ideal da sociedade moderna. Entretanto, os séculos de exploração representaram e representam um obstáculo aos países colonizados no que se refere à possibilidade de propagação desse ideal. O Brasil, neste contexto histórico, como país sede da Copa do Mundo de 2014, encontra-se em um duplo desafio: primeiro criar condições estruturais para sediar o evento; segundo, apresentar uma excelente seleção para fazer jus à condição de país do futebol e receber o título de campeão mundial em casa.

Histórica e mundialmente, o Brasil é conhecido como o país do futebol; não somente por ser o único país com cinco títulos de campeão do mundo (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002), mas também por formar seleções que, em campo, sempre encantam com suas jogadas criativas, irreverentes e de muita técnica. A cada ano de Copa gera-se uma expectativa sobre qual será a melhor seleção; mas não há dúvida de que a principal rival é a seleção brasileira. No caso da Copa do Mundo de 2014, no entanto, o desafio vai além do campo - da busca de ser o melhor país nesta modalidade esportiva -, é preciso também cumprir a tarefa de oferecer infraestrutura adequada para sediar um evento dessa magnitude.

(...)

É inegável que a Copa do Mundo em 2014, assim como os Jogos Olímpicos em 2016, poderão dar grande visibilidade ao Brasil mundialmente, afinal, conforme a declaração do então presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) Ricardo Teixeira, "a Copa do Mundo vai muito além de um mero evento esportivo. Vai ser uma ferramenta interessante para promover uma transformação social".

O problema histórico da modernização de ex-colônias é que, na ânsia de superar seus problemas, privilegiam-se projetos e planos "que prometem soluções aparentemente imediatas, copiadas na sua maioria dos países desenvolvidos, deixando as análises em profundidade para o amanhã que nunca vem". Fascinados pelos modelos dos países desenvolvidos, iludem-se pensando que a "adoção pura e simples dará um fim às suas mazelas" (MOTOYAMA, 1994, p. 14-15).

Portanto, no processo de elaboração de projetos e planos para o Brasil não podemos esquecer que os problemas sociais, econômicos e políticos brasileiros vão muito além de questões como infraestrutura. As mazelas e desigualdades sociais transcendem a materialidade. Vivemos ainda em um país que mesmo sendo classificado como a sexta maior economia mundial, apresenta muitas contradições, principalmente socioeconômicas e educacionais, gerando um abismo que conseqüentemente revela-se na falta de segurança, na falta de acesso à saúde e educação, bem como num racismo velado.

Adriane Nopes, doutoranda e mestre em Sociologia Política pela UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina, professora licenciada pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, nos cursos de Direito e Comunicação.

QUESTÃO 01

O gênero ao qual pertence o texto é:

- A) Artigo de opinião;
- B) Conto;
- C) Crônica;
- D) Reportagem;
- E) Resenha crítica.

QUESTÃO 02

Não é correto afirmar sobre as ideias do texto:

- A) Além de se esforçar para ter o melhor futebol, o Brasil precisa demonstrar que possui estrutura para sediar uma Copa do Mundo;
- B) O Brasil, por ter sido uma colônia de exploração, ainda hoje não conseguiu o almejado desenvolvimento econômico e a modernização tecnológica;
- C) O Brasil é conhecido como o país do futebol não somente pelos títulos recebidos, mas também pelo bonito jogo que apresenta;
- D) O problema principal do Brasil é a infraestrutura, este sendo superado, ele se tornará um país desenvolvido;
- E) Um dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil é a desigualdade social.

QUESTÃO 03

No período: “**Entretanto**, os séculos de exploração representaram e representam um obstáculo aos países colonizados no que se refere à possibilidade de propagação desse ideal.” O termo destacado pode ser substituído, sem alterar o sentido, por:

- A) Embora;
- B) Visto que;
- C) Todavia;
- D) Como;
- E) Logo.

QUESTÃO 04

Assinale a opção em que há erro na indicação da classe gramatical da palavra destacada:

- A) “...para fazer **jus** à condição de país do futebol” (substantivo);
- B) “...**que** prometem soluções aparentemente imediatas...” (pronome relativo);
- C) “...não podemos esquecer **que** os problemas sociais, econômicos e políticos brasileiros...” (conjunção integrante);
- D) “...**conforme** a declaração do então presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) Ricardo Teixeira,..” (conjunção coordenativa);
- E) “...o único país com **cinco** títulos de campeão do mundo.” (numeral).

A letra de música de Chico Buarque servirá de base para as questões 05 e 06:

Bom Conselho

Ouça um bom conselho
Que eu lhe dou de graça
Inútil dormir que a dor não passa
Espere sentado
Ou você se cansa
Está provado, quem espera nunca alcança
Venha, meu amigo
Deixe esse regaço
Brinque com meu fogo
Venha se queimar
Faça como eu digo
Faça como eu faço
Aja duas vezes antes de pensar
Corro atrás do tempo
Vim de não sei onde
Devagar é que não se vai longe
Eu semeio o vento
Na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade.

QUESTÃO 05

Na música há a menção de vários provérbios populares de forma modificada. Assinale a opção que contém um provérbio não contemplado pelo texto:

- A) Pense antes de agir;
- B) Devagar se vai ao longe;
- C) Quem semeia vento, colhe tempestade;
- D) Quem brinca com fogo se queima;
- E) Quem ri por último, ri melhor.

QUESTÃO 06

No verso: “Devagar é que não se vai longe”. Aparece a seguinte figura de linguagem:

- A) Antítese;
- B) Metonímia;
- C) Metáfora;
- D) Comparação;
- E) Sinestesia.

Leia o texto para responder às questões 07 e 08:

CONTOS DE FADAS PARA MULHERES MODERNAS

Era uma vez, numa terra muito distante, uma linda princesa, independente e cheia de autoestima que, enquanto contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo estava de acordo com as conformidades ecológicas, se deparou com uma rã. Então, a rã pulou para o seu colo e disse:

– Linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito. Mas, uma bruxa má lançou-me um encanto e eu transformei-me nesta rã asquerosa. Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo. A minha mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavarias as minhas roupas, criarias os nossos filhos e viveríamos felizes para sempre...

... E então, naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã à sauté, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de um finíssimo vinho branco, a princesa sorria e pensava: – Eu, hein? ... nem morta!

Luis Fernando Veríssimo

QUESTÃO 07

Antes do Novo Acordo Ortográfico, a palavra autoestima era separada por hífen, agora é junta. Marque a opção em que o emprego do hífen obedece às novas regras de ortografia:

- A) Antehipófise;
- B) Água de colônia;
- C) Autossustentável;
- D) Anti-sequestro;
- E) Ama-de-leite.

QUESTÃO 08

Considere as afirmativas, em seguida, assinale a opção correta:

- I. Em “Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo.” O período é composto por coordenação e possui três orações;
- II. “... e poderemos casar...” é uma oração coordenada adversativa;
- III. Em: “**enquanto saboreava pernas de rã à sauté**, acompanhadas de um cremoso molho acebolado...” a oração destacada é subordinada adverbial temporal;
- IV. O primeiro parágrafo do texto é formado por dois períodos: o primeiro é composto por coordenação e o segundo é simples.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira;
- B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras;
- C) Apenas a afirmativa III é verdadeira;
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras;
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 09

Leia a tirinha:



É incorreto afirmar:

- A) A tirinha critica a supervalorização que o Brasil dar ao futebol em detrimento de outras necessidades básicas do povo;
- B) As palavras “vaquinha” e “Índia” possuem mais letras que fonemas;
- C) As palavras “gastar” e “sagrada” possuem encontros consonantais;
- D) A letra “U” de “aqui” e “vaquinha” é semivogal;
- E) Em “Brasil” e “futebol” a letra L é considerada semivogal.

QUESTÃO 10

Marque a opção em que há desvio da Gramática Normativa:

- A) “Repousava bem perto um do outro a matéria e o espírito.”;
- B) Era meio-dia e meia quando ele chegou;
- C) Ela era as preocupações do pai;
- D) Noventa por cento dos brasileiros assistiram aos jogos da Copa;
- E) Entre mim e ti está tudo acabado.

QUESTÃO 11

O sinal indicativo de crase não está de acordo com a Gramática Normativa em:

- A) À medida que se luta por seus sonhos, mais rápido podes alcançá-los;
- B) No restaurante, pediram um filé à Camões;
- C) Podemos ficar frente à frente com o inimigo para tentarmos derrotá-lo;
- D) Chegamos àquela cidade durante o dia;
- E) O professor referiu-se à minha teoria.

Leia o poema para responder às questões 12 e 13:

PEQUEI, SENHOR....

Pequei, Senhor, mas não porque hei pecado,
de vossa alta clemência me despido;
porque quanto mais tenho delinquido,
vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto um pecado,
a abrandar-vos sobeja um só gemido:
que a mesma culpa, que vos há ofendido,
vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida e já cobrada,
glória tal e prazer tão repentino
vos deu, como afirmais na sacra história,

eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada,
cobrai-a; e não queirais, pastor divino,
perder na vossa ovelha a vossa glória.

Gregório de Mattos

QUESTÃO 12

Não é correto afirmar sobre o texto:

- A) O texto é um soneto decassílabo;
- B) Há no texto o uso da linguagem conotativa;
- C) Em: “eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada, ...” há uma figura de linguagem: comparação;
- D) O eu lírico, no texto, argumenta tentando convencer a Deus a dar-lhe o perdão pelos pecados;
- E) As palavras “só” e “já” são acentuadas pela regra dos monossílabos.

QUESTÃO 13

Assinale a opção em que há erro na indicação da função sintática do termo destacado:

- A) “Pequei, **Senhor**, mas não porque hei pecado” (vocativo);
- B) “eu sou, Senhor, **a ovelha desgarrada**” (predicativo);
- C) “cobrai-**a**; e não queirais, pastor divino” (objeto direto);
- D) “perder na vossa ovelha **a vossa glória**.” (sujeito);
- E) “**glória tal** e prazer tão repentino” (objeto direto).

QUESTÃO 14

Marque a opção cuja pontuação está correta:

- A) “Algumas vezes nos surpreendemos diante de determinados versos, porque temos a impressão de que o poeta disse, justamente o que gostaríamos de dizer; outras vezes a surpresa se dá porque algo que nos passa despercebido foi captado com energia e emoção. Estas são reações provocadas pela poesia: despertar os sentidos, suscitar emoções, provocar reflexões...”;
- B) “Algumas vezes nos surpreendemos diante de determinados versos porque temos a impressão de que, o poeta disse justamente o que gostaríamos de dizer; outras vezes, a surpresa se dá porque, algo que nos passa despercebido, foi captado com energia e emoção. Estas são reações provocadas pela poesia: despertar os sentidos, suscitar emoções, provocar reflexões...”;
- C) “Algumas vezes nos surpreendemos diante de determinados versos porque temos a impressão de que o poeta disse justamente o que gostaríamos de dizer, outras vezes, a surpresa se dá porque, algo que nos passa despercebido foi captado com energia e emoção. Estas são reações provocadas pela poesia: despertar os sentidos, suscitar emoções, provocar reflexões...”;
- D) “Algumas vezes nos surpreendemos diante de determinados versos porque temos a impressão de que o poeta disse, justamente o que gostaríamos de dizer; outras vezes, a surpresa se dá porque algo que nos passa despercebido, foi captado com energia e emoção. Estas são reações provocadas pela poesia: despertar os sentidos, suscitar emoções, provocar reflexões...”;
- E) “Algumas vezes nos surpreendemos diante de determinados versos porque temos a impressão de que o poeta disse justamente o que gostaríamos de dizer; outras vezes, a surpresa se dá porque algo que nos passa despercebido foi captado com energia e emoção. Estas são reações provocadas pela poesia: despertar os sentidos, suscitar emoções, provocar reflexões...”.

QUESTÃO 15

Sobre os textos de Redação Oficial, marque o item incorreto:

- A) O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna;
- B) A mensagem é o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos para informar sobre fato da Administração Pública; expor o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislativa; submeter ao Congresso Nacional matérias que dependem de deliberação de suas Casas; apresentar veto; enfim, fazer e agradecer comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos e da Nação;
- C) As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento;
- D) O Relatório é uma exposição de atividades de um funcionário no desempenho de suas funções ou por ordem de uma autoridade superior. É um texto técnico-científico, como o Parecer;
- E) O ofício tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e com particulares.

RACIOCÍNIO LÓGICO**QUESTÃO 16**

Considere os pares de proposições abaixo:

- (1) “ $\sim\sim p$ ” e “ p ”
- (2) “ $\sim p \rightarrow p$ ” e “ p ”
- (3) “ $p \rightarrow p \wedge q$ ” e “ $p \rightarrow q$ ”

São proposições equivalentes os pares encontrados em:

- A) 1 e 2, apenas;
- B) 1 e 3, apenas;
- C) 2 e 3, apenas;
- D) 1, 2 e 3;
- E) Não há pares de proposições equivalentes.

QUESTÃO 17

Considere um salão onde há 100 pessoas, sendo que 99 % são homens. Analise as situações a seguir:

- (1) Seja m o número de homens que devem *sair* deste salão, para que fiquem 98% de homens;
- (2) Seja n o número de mulheres que devem *entrar* neste salão, para que 30% dos presentes sejam homens.

Podemos concluir corretamente que $m + n$ vale:

- A) 220;
- B) 300;
- C) 240;
- D) 260;
- E) 280.

QUESTÃO 18

Uma mistura de 120 litros continha apenas álcool e gasolina, sendo 70% o teor de gasolina. Foram retirados 30 litros dessa mistura, que foram substituídos por 5 litros de água e 25 litros de álcool. O teor de álcool na nova mistura:

- A) Está entre 50% e 60% mistura;
- B) É menor que a percentagem inicial de álcool;
- C) Está entre 40% e 50% da mistura;
- D) É superior ao teor de gasolina da mistura inicial;
- E) Não é possível calcular.

QUESTÃO 19

Analisando as proposições a seguir:

- (1) Se x é um número real positivo então $x^6 > x^4$;
- (2) Se x é um número real e $x^2 = x$, então $x = 1$;
- (3) Se $x > 200$ e $y > 4$ então $\frac{x}{y} > 50$;
- (4) Se x é um número real então $x^2 \geq -x$;
- (5) Se $x(x^2 - 2x + 1) = 0$ então $x = 0$ ou $x = 1$ ou $x = 2$.

Podemos concluir que o número de falsas é:

- A) 1;
- B) 2;
- C) 3;
- D) 4;
- E) 5.

QUESTÃO 20

As proposições a seguir são respectivamente:

- (1) $(p \wedge q) \wedge \sim(p \vee q)$
- (2) $p \wedge q \rightarrow (p \leftrightarrow q)$
- (3) $p \vee q \rightarrow p$

- A) Contradição, tautologia e contingência;
- B) Tautologia, contradição e contingência;
- C) Contingência, tautologia e contradição;
- D) Contradição, contingência e tautologia;
- E) Tautologia, contingência e contradição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Analise as assertivas abaixo.

- I. Não é possível o uso do mecanismo da interpretação conforme a constituição em relação a dispositivo legal que reproduz norma estabelecida pelo legislador constituinte originário;
- II. Embora lei municipal que contrarie a CF possa ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, cabe o controle difuso de constitucionalidade, ou mesmo ou controle concentrado, dessa lei, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- III. Embora seja possível o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais, este, no que diz respeito ao aspecto material, fica restrito à compatibilidade ou não da reforma constitucional às chamadas “cláusulas pétreas”;
- IV. No âmbito do poder Legislativo - federal e estadual – estão legitimados para propor, no STF, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade as Mesas do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Mesas de Assembleia legislativa e da Câmara Legislativa do DF.

Assinale a alternativa que indica os itens corretos:

- A) Apenas I e II;
- B) Apenas I, II e III;
- C) Apenas II e III;
- D) Apenas I e III;
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 22

Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgue os itens a seguir e ao final marque a alternativa correta.

- I. A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos Ministros;
- II. Julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental;
- III. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- IV. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória;
- VI. Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma do seu Regimento Interno.

- A) Todos os itens estão errados;
- B) Todos os itens estão corretos;
- C) Apenas um item está correto;
- D) Apenas dois itens estão corretos;
- E) Apenas três itens estão corretos.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa na qual o órgão ou a autoridade não está legitimado(a) a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

- A) O Presidente da República;
- B) A Mesa do Senado Federal;
- C) O Defensor Público-Geral da União;
- D) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- E) O Procurador Geral do Estado.

QUESTÃO 24

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

- A) Independência nacional;
- B) Prevalência dos direitos humanos;
- C) Autodeterminação dos povos;
- D) Intervencionismo;
- E) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

QUESTÃO 25

Com relação aos direitos e garantias fundamentais marque a alternativa correta:

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, mesmo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual civil;
- C) É assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte, ainda que necessário ao exercício profissional;
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- E) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independente de autorização.

QUESTÃO 26

Julgue os itens a seguir e ao final marque a alternativa correta:

- I. Compete privativamente ao Senado Federal resolver definitivamente sobre os tratados, acordos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva;
- III. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido em cargo de Ministro de Estado;
- IV. Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador -Geral da República;
- V. Compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Advogado-Geral da União e o Procurador - Geral da República nos crimes de responsabilidade.

- A) Todos os itens estão errados;
- B) Todos os itens estão corretos;
- C) Apenas um item está correto;
- D) Apenas dois itens estão corretos;
- E) Apenas três itens estão corretos.

QUESTÃO 27

Com relação ao tema controle de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir:

- I. Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, não é necessário dar ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, cabendo ao Tribunal que declarou a inconstitucionalidade definir os meios de suprir a omissão;
- II. Viola a cláusula de reserva (Artigo 97, CF) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte;
- III. No processo objetivo de controle de constitucionalidade, a intervenção do “amicus curiae” equivale à intervenção de terceiros, o que lhe garante a prerrogativa de interpor recurso para discutir a matéria objeto de análise na ação em que atua.

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente a afirmativa I está correta;
- B) Somente a afirmativa II está correta;
- C) Somente a afirmativa III está correta;
- D) Somente as afirmativas II e III estão corretas;
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 28

Analise as assertivas abaixo.

- I. Controle preventivo é aquele exercido durante o processo legislativo com o intuito de evitar uma violação da Constituição. No Brasil este controle pode ser feito pelos três Poderes;
- II. Controle repressivo é exercido após a publicação da lei, podendo ser feito pelos três Poderes. O Chefe do Poder Executivo pode negar cumprimento a um ato normativo que entenda inconstitucional desde que esta negativa seja motivada e lhe seja dada publicidade;
- III. Controle difuso é aquele que pode ser exercido por qualquer juiz ou Tribunal. É também conhecido como sistema norte-americano. O surgimento desse controle costuma ser atribuído a decisão do juiz Marshall (1803) no famoso caso Marbury v. Madison;
- IV. Controle concentrado, também chamado de reservado ou sistema austríaco ou sistema europeu, é aquele atribuído a apenas um determinado órgão do Poder Judiciário, o STF (se o parâmetro for a Constituição Federal) e o TJ (no âmbito estadual e se o parâmetro for a Constituição Estadual). No Direito brasileiro foi introduzido por uma Emenda à Constituição de 1946 (EC 16/65).

Assinale a alternativa que indica os itens corretos.

- A) Apenas I e II;
- B) Apenas I, II e III;
- C) Apenas II e III;
- D) Apenas I e III;
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 29

Acerca do Mandado de Segurança marque a alternativa correta:

- A) Os órgãos públicos despersonalizados, ainda que dotados de capacidade processual como, por exemplo, as Agências Reguladoras, não podem utilizar-se do mandado de segurança;
- B) No processo de mandado de segurança o que é vedado é a coleta de outras provas, que não aquelas oferecidas com a inicial. Todavia, por mais volumosa que seja, a prova deve ser examinada;
- C) Admite-se mandado de segurança contra os atos *interna corporis* de órgãos colegiados;
- D) Faz coisa julgada, quanto ao mérito do pedido, a decisão que denega a segurança por incerto ou ilíquido o direito pleiteado;
- E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, imprescindível, para tanto, autorização especial.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa correta:

- A) São incabíveis ações civis públicas contra o Poder Público para assegurar condições de aleitamento materno e atendimento à gestante;
- B) Em homenagem ao princípio do pacto federativo, a lei de ação civil pública não admite execução específica, impedindo que o juiz determine providências específicas para assegurar o resultado idêntico ou equivalente ao adimplemento da obrigação;
- C) As ações civis públicas concernentes a direitos da criança e do adolescente e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus;
- D) São partes legítimas para propor as ações civis públicas fundadas em interesses difusos ou coletivos, apenas, o Ministério Público, a União Federal, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios;
- E) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. Porém, os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

QUESTÃO 31

Quanto ao regime jurídico a que se submetem os atos administrativos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção incorreta:

- A) Todos os atos administrativos nulos ou anuláveis são passíveis de convalidação ou saneamento, desde que a prática de novo ato supra a falta anterior;
- B) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a situação fática que determinou e justificou a prática de ato administrativo passa a integrar a sua validade;
- C) Configura desvio de finalidade a prática de ato administrativo visando fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência;
- D) Em virtude da sua presunção de legitimidade, até prova em contrário, presume-se que os atos administrativos formam emitidos em conformidade com a lei;
- E) A conveniência e a oportunidade da prática do ato constituem o mérito administrativo e apenas estão passíveis de ponderação nos atos discricionários.

QUESTÃO 32

O poder hierárquico e o poder disciplinar, pela sua natureza, guardam entre si alguns pontos característicos comuns, que os diferencia do poder de polícia, eis que:

- A) A discricionariedade predominante nos dois primeiros fica ausente neste último, no qual predomina o poder vinculante;
- B) Não existe interdependência funcional entre os dois primeiros, aquela é necessária neste último, quando a quem o exerce e quem por ele é exercido;
- C) Os dois primeiros se interrelacionam, no âmbito interno da Administração, enquanto este último alcança terceiros, fora de sua estrutura funcional;
- D) Entre os dois primeiros pode haver implicações onerosas de ordem tributária, o que não pode decorrer deste último;
- E) O poder regulamentar predomina nas relações entre os dois primeiros, mas não é exercido neste último.

QUESTÃO 33

Em relação ao controle judicial da Administração Pública, assinale a opção correta:

- A) O mandado de segurança é o instrumento adequado para determinar à Administração a retificação de dados;
- B) Não há decadência para a impetração de mandado de segurança contra ato omissivo;
- C) A ação civil pública não se presta ao controle de atos lesivos ao meio ambiente;
- D) O condenado por improbidade administrativa à perda dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado, não pode, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, propor ação popular;
- E) O mandado de injunção não é instrumento adequado à determinação de edição de portaria por órgão da administração direta.

QUESTÃO 34

Quanto ao Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), é correto afirmar:

- A) O desatendimento da intimação para o processo importa o reconhecimento da verdade dos fatos, bem como a renúncia a direito pelo administrado;
- B) São legitimados, além de outros, como interessados no processo administrativo, as pessoas e as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos;
- C) Da decisão que indeferir a alegação de suspeição da autoridade administrativa processante não caberá recurso, ainda que se funde nas mesmas razões reservadas ao impedimento;
- D) Não pode ser objeto de delegação, além de outros, a decisão de recursos administrativos, salvo as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade;
- E) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

QUESTÃO 35

Acerca do aspecto processual da Ação de Mandado de Segurança, assinale o item correto:

- A) É cabível recurso ordinário contra decisão denegatória de mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Estaduais, Regionais Federais e o do Distrito Federal e Territórios;
- B) Em sede de mandado de segurança, quando os litisconsortes tiverem procuradores distintos, os prazos dos recursos serão contados em dobro (art. 191 do CPC);
- C) No mandado de segurança, o prazo previsto para a autoridade coatora prestar informações é de 10 dias. Neste caso, entende-se que é cabível aplicação do art. 188 do CPC (computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública);
- D) Para que haja a desistência do mandado de segurança, depois de decorrido o prazo para a autoridade prestar informações, é necessária a concordância da parte adversa (art. 267, § 4º, do CPC);
- E) No mandado de segurança, somente é aplicável a regra do art. 475 do CPC (duplo grau de jurisdição obrigatório), quando a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.

QUESTÃO 36

Sobre a Ação Rescisória, assinale a alternativa correta:

- A) O depósito da importância de 5% do valor da causa, requisito essencial da petição inicial da ação rescisória (artigo 488, II, do CPC), não pode ser dispensado de quem goza do benefício da gratuidade (Lei nº 1.060/50), já que não se enquadra como custas ou despesas processuais;
- B) Quando a Fazenda Pública for parte promovida, a regra do art. 188 do CPC, referente à dilação de prazos processuais, é aplicável ao prazo de resposta para a ação rescisória;
- C) É cabível a propositura de ação rescisória nos Tribunais Estaduais, Regionais Federais e o do Distrito Federal e Territórios, quando o julgado que se pretende desconstituir é decisão monocrática proferida por Ministro do STJ que, negou seguimento ao recurso especial com fulcro no art. 557 do CPC;
- D) A jurisprudência do STJ, é no sentido de que somente a hipótese da improcedência da ação rescisória enseja a reversão do depósito prévio (art. 488, II, do CPC) a título de multa em favor do réu (art. 494, CPC);
- E) É incabível ação rescisória quando o julgado que se pretende desconstituir foi proferido em representação interventiva destinada a garantir o cumprimento de decisão judicial, na forma do art. 34, inciso VI, da CF.

QUESTÃO 37

Sobre assistência e intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- A) Na assistência, sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios;
- B) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu, poderá oferecer oposição contra ambos, desde que o faça antes de saneado o processo;
- C) No chamamento ao processo, a sentença que julgar procedente a ação, condenando devedores, não vale como título executivo em favor só devedor que satisfizer a dívida, para exigir a proporção que cabe aos codevedores;
- D) A denunciação da lide somente é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- E) O interesse do terceiro que autoriza sua intervenção como assistente deve ser jurídico, servindo como exemplo aquele detido pelo credor, em ação condenatória promovida por terceiro contra devedor.

QUESTÃO 38

Admitida pelo STF a repercussão geral em recurso extraordinário, a providência correta a ser tomada pelo juiz de primeiro grau com relação aos processos que tenham por objeto matéria idêntica à que foi alcançada pela repercussão geral será:

- A) Sobrestar os processos após concluída a instrução processual e aguardar decisão definitiva do STF;
- B) Proferir sentença após o julgamento do mérito do recurso extraordinário em conformidade com solução da pelo STF à matéria;
- C) Dar andamento regular aos processos, inclusive proferindo sentença, independente de da solução da repercussão geral;
- D) Sobrestar os processos na fase em que se encontram e aguardar a solução definitiva do STF;
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 39

Marque a alternativa correta:

- A) A competência constitui um dos elementos do princípio do juiz natural, previsto no art. 5º, LIII e XXXVII da Constituição Federal, que dizem, respectivamente: "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente"; "não haverá juízo ou tribunal de exceção", ou seja, um órgão jurisdicional criado "ex post facto";
- B) É necessário salientar que a competência que se constitui como pressuposto processual de validade é absoluta ("*ratione materiae*", "*ratione personae*" e funcional), uma vez que a incompetência relativa (valor da causa e territorial) pode convalidar-se em razão da preclusão, se não for arguida através de exceção em tempo oportuno;
- C) A incompetência absoluta pode ser suscitada em qualquer fase do processo e, numa última oportunidade, através da ação rescisória (art. 485, CPC). A ausência desse pressuposto excepciona a regra do art. 267, IV, havendo a nulidade dos atos decisórios e a remessa dos autos ao juízo competente para a causa;
- D) A capacidade processual, também reconhecida como "*legitimatío ad processum*" não se confunde com a "*legitimatío ad causam*". Aquela é pressuposto processual que se relaciona com a capacidade para estar em juízo, enquanto esta é condição da ação. O menor de dezesseis anos possui legitimidade *ad causam* para propor ação contra suposto pai, contudo, não possui legitimidade "*ad processum*", devendo ser representado porque não detém capacidade para estar em juízo;
- E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 40

Acerca das cautelares assinale a alternativa correta:

- I. Viabiliza o resultado útil de processo que envolve obrigação de pagar, assegurando futura penhora. Com esta medida, há a apreensão judicial provisória de bens indeterminados e penhoráveis (de qualquer natureza) do devedor, impedindo dilapidação do patrimônio deste e, assim, favorecendo a penhora e satisfação futura de eventual direito de crédito. Combate, pois, uma possível insolvência deliberada do devedor, apta a frustrar o pagamento de débito;
- II. Visa garantir a efetividade de processo voltado à entrega de coisa, preservando determinado bem. Na verdade, impõe a apreensão judicial do bem litigioso, impedindo a dilapidação, destruição ou extravio do mesmo, a fim de que possa ser entregue em bom estado após a prestação da tutela final;
- III. É medida complexa, que pressupõe a procura e a entrega de coisa, documento ou pessoa. Muitas vezes, tem por fim garantir o resultado útil de tutela final que dependa da referida medida assecuratória. Incluem-se no seu objeto as coisas móveis e pessoas incapazes (menores ou interditos). Cabe, ainda, em matéria de direitos autorais (vide art. 102 da Lei 9610/98 e art. 842, § 3º, do CPC);
- IV. Usada para promover o retorno das coisas ao "status quo ante". A inovação ilícita pode envolver o objeto da tutela final ou sua prova. Por força do poder geral de cautela, mesmo à míngua de previsão legal expressa, cabe a concessão da medida cautelar "inaudita altera parte". A finalidade da ação é ordenar o restabelecimento do estado anterior, suspender a causa principal e proibir de se falar nos autos da ação principal até a purgação do fato. Pode, ainda, o juiz condenar o responsável em perdas e danos.

Os itens acima tratam respectivamente das cautelares de:

- A) Atentado; Arresto; Busca e apreensão; Sequestro;
B) Arresto; Sequestro; Busca e apreensão; Atentado;
C) Atentado; Sequestro; Arresto; Busca e apreensão;
D) Busca e apreensão; Arresto; Sequestro; Atentado;
E) Sequestro; Cautelar inominada; Arresto; Busca e apreensão.

QUESTÃO 41

Marque a alternativa correta:

- A) A Lei nº 11.232/2005 pôs fim ao processo autônomo de execução fundada em título judicial, devendo a sentença, doravante, ser objeto de simples cumprimento. Tal sistemática não atinge a execução proposta contra a Fazenda Pública. Esta continua sendo uma execução autônoma, cabendo embargos do devedor. O regramento da execução contra a Fazenda Pública encontra-se no Livro II do CPC, que trata do processo autônomo de execução;
- B) É possível a execução provisória contra a Fazenda Pública, na pendência de apelação sem efeito suspensivo na ação de conhecimento. Porém, o art. 100, §1º da CF, não condiciona a expedição do precatório ao esgotamento das vias recursais cognitivas e executórias;
- C) De posse da sentença líquida, o credor deve ajuizar a execução em face da Fazenda Pública, que será citada para, querendo, opor embargos do devedor no prazo de trinta dias (Lei nº 9.494/1997, art. 1ª-B, na redação da MP nº 2.180-35/2001), os quais somente poderão versar sobre as matérias previstas no art. 741 do CPC. Da decisão que rejeita os embargos, haverá reexame necessário, tendo em vista que o inciso II do art. 475 do CPC, apenas trata dos embargos em execução fiscal, consoante entendimento pacífico do STJ;
- D) Quando os embargos forem parciais, a execução, nos termos do art. 739-A, § 3º do CPC, não poderá prosseguir quanto à parte não embargada, expedindo-se o precatório ou a requisição de pequeno valor para pagamento do valor incontroverso;
- E) Os débitos de natureza alimentícia compreendem, apenas, aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, em virtude de sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 42

Com relação às disposições gerais sobre os Recursos, marque a opção incorreta.

- A) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos;
- B) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação;
- C) O recurso adesivo possui regramento próprio, não se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior;
- D) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção;
- E) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

QUESTÃO 43

Acerca dos Recursos assinale a alternativa incorreta.

- A) Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal;
- B) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência;
- C) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo, estando sujeitos a preparo;
- D) Quando o recurso extraordinário ou o recurso especial fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados;
- E) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta de acordo com recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A) O espólio tem legitimidade para cobrar seguro por invalidez após morte do segurado, pois com a morte do titular, todas as suas relações econômicas (ativas e passivas) são transmitidas para os seus herdeiros. E, assim, legitima-se o espólio para requerê-la;
- B) A mulher tem direito real de habitação em ação de manutenção de posse, ajuizada antes mesmo do pedido expresso de reconhecimento de união estável;
- C) Em caso de divórcio, a necessidade de divisão igualitária do patrimônio adquirido na constância do casamento não exige que os bens móveis e imóveis existentes fora do Brasil sejam alcançados pela Justiça brasileira. Basta que os valores desses bens no exterior sejam considerados na partilha;
- D) Um dos efeitos do reconhecimento de paternidade, seja ele voluntário ou não, é gerar para o filho o direito de ostentar o nome de família do pai biológico, com a devida alteração do nome do filho. Desta feita, não é possível reverter a inclusão do sobrenome do pai ao nome do filho, determinada após ação de reconhecimento de paternidade;
- E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 45

Analise os itens abaixo acerca das relações de parentesco.

- I. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra;
- II. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente;
- III. O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro;
- IV. Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável;
- V. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

Assinale a alternativa que indica os itens corretos.

- A) Apenas I, II e V;
- B) Apenas I, II e IV;
- C) Apenas II e III;
- D) Apenas I e V;
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 46

Acerca da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), assinale o item incorreto.

- A) O Artigo 1º, da supracitada lei, definiu a assistência social como parte do conjunto de políticas do sistema de Seguridade Social brasileiro. Política que é não contributiva, não existe pagamento, de nenhuma espécie, para o acesso ao direito à proteção social;
- B) Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais;
- C) Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas com fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos;
- D) As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território;
- E) A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social, PNAS, é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

QUESTÃO 47

Acerca do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante Juvenil, julgue os itens abaixo e ao final marque a opção correta.

- I. O Plano foi apresentado e deliberado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes – CONANDA, na assembleia ordinária de 12/07/2000, constituindo-se em diretriz nacional no âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- II. É um documento legitimado e de referência para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal;
- III. O Plano tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente e reafirma os princípios da proteção integral, da condição de sujeitos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização;
- IV. O Plano tem como objetivos: realizar investigação científica, visando compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, promover ações de prevenção, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual.

- A) Todos os itens estão errados;
- B) Apenas um item está errado;
- C) Apenas um item está correto;
- D) Apenas dois itens estão corretos;
- E) Todos os itens estão corretos;

QUESTÃO 48

As medidas socioeducativas previstas no Art. 112 da Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), têm como objetivos:

- I. A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II. A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
- III. A desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei;
- IV. Editar normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais;
- V. Garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.

- A) Apenas uma afirmativa está errada;
- B) Apenas duas afirmativas estão erradas;
- C) Apenas uma afirmativa está correta;
- D) Apenas quatro afirmativas estão corretas;
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 49

Acerca do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE, marque a opção incorreta:

- A) A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência;
- B) A União, em articulação com os Estados, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 (três) anos, não sendo necessária a participação dos Municípios e do Distrito Federal;
- C) Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei;
- D) O SINASE será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos da lei instituidora;
- E) Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento.

QUESTÃO 50

Acerca da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), marque a alternativa correta

- A) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, não sendo permitida representação da autoridade policial;
- B) O juiz não poderá revogar a prisão preventiva, ainda que, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista;
- C) A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público;
- D) A Lei Maria da Penha aplica-se em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, fazendo-se necessária a comprovação de coabitação;
- E) As medidas protetivas de urgência como separação de corpos, proibição de contato, obrigação alimentar, etc., encontram-se enumeradas em rol taxativo previsto no art. 22, da lei, razão pela qual o juiz não poderá, além das medidas ali descritas, adotar outras que entenda mais conveniente para fazer cessar o risco.